

## **Curso EAD Síncrono (online 100% ao vivo)**

### **CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TIC COM APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

#### **Apresentação**

- Este curso apresenta todo o processo de contratação de soluções de TIC para os órgãos do Poder Judiciário especificado na Resolução 468 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 15 de julho de 2022, com as alterações propostas pela Resolução CNJ 616/2025. As alterações decorrentes da aprovação da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, estão explicitadas em todo o treinamento de acordo com o Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário, cotejadas com os procedimentos indicados na IN 94/2022 da Secretaria de Governo Digital do então Ministério da Economia (SGD/ME).
- Haverá destaque, também, ao planejamento das contratações para desenvolvimento e manutenção de sistemas. Serão destacadas as novas orientações para contratação de Software e Serviços Agregados; de Desenvolvimento, Sustentação e Manutenção de Software; e de Infraestrutura (Centro de Dados, Serviços em Nuvem, Sala-cofre e Sala Segura). Também serão apresentadas as conclusões e orientações do Acórdão 2569/2018-TCU-Plenário que trata de contratações junto a grandes fornecedores de TIC.
- Serão discutidos os novos requisitos e obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade explícitos no item 7 do Anexo da IN-94/2022 da SGD/ME, para atender a Lei 13.709/2018 (LGPD).
- A pesquisa e estimativa de preços ganhará ênfase especial conforme a IN 65/2021 da Seges/ME e os entendimentos contidos na jurisprudência recente do TCU sobre o assunto (Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023).
- Os problemas na contratação de serviços de TI utilizando métricas como a UST, indicados nos Acórdãos 2037/2019-TCU-Plenário e 1508/2020-TCU-Plenário, serão discutidos e apresentadas possíveis ações e controles para evitá-los.
- Dentro desse contexto, serão apresentados:
  - a) o Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e Atendimento a Usuários (Helpdesk), aprovado pela Portaria 1.070/2023 da SGD/MGI, alterada pela Portaria 6.680/2024 da SGD/MGI;
  - b) o Modelo de Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software (Portaria 750/2023 da SGD/MGI, alterada pela Portaria 6.679/2024 da SGD/MGI); e
  - c) o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão (Portaria 370/2023 da SGD/MGI).
- O curso também oferece aos alunos a oportunidade de conhecer mais profundamente as peculiaridades normativas e técnicas relacionadas à gestão de contratos de TI. Toda a análise é feita no contexto da jurisprudência do TCU e das regras jurídicas gerais que regem as licitações e contratos administrativos, com destaque para a Lei 14.133/2021.

#### **Público-alvo**

- Gestores, Técnicos, Assessores, Auditores, Procuradores, Advogados, Gestores de TI, Membros de comissão de licitação, Pregoeiros, Fiscais de contratos e demais interessados no assunto.

#### **Conteúdo Programático**

##### **1. Introdução**

- 1.1. Processo de Contratação de TI
- 1.2. Resolução CNJ 468/2022
- 1.3. Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário
- 1.4. Atores do Modelo de Contratação de TI (Decreto 11.246/2022)
- 1.5. Gerenciamento de Riscos (Resolução CNJ 468/2022 e Lei 14.133/2021)

## **2. Fase Preparatória**

- 2.1. Plano de Contratações Anual (PCA)
- 2.2. Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação
- 2.3. Documento de Formalização da Demanda (DFD)

## **3. Estudo Técnico Preliminar da Contratação (ETP)**

- 3.1. Definição e Especificação das Necessidades/Requisitos
- 3.2. Análise Comparativa de Soluções
- 3.3. Análise Comparativa de Custos Totais de Propriedade
- 3.4. Estimativa do Custo Total da Contratação
- 3.5. Escolha e Justificativa da Solução Escolhida
- 3.6. Declaração de Viabilidade da Contratação
- 3.7. Demais exigências da Lei 14.133/2021

## **4. Termo de Referência (TR)**

- 4.1. Definição do Objeto da Contratação
- 4.2. Identificar Código do Catálogo de Materiais (Catmat) ou do Catálogo de Serviços (Catser)
- 4.3. Descrição da Solução de TIC
- 4.4. Fundamentar Contratação
- 4.5. Especificação Técnica Detalhada do Objeto
  - 4.5.1. Regime de Execução do Contrato
- 4.6. Especificação dos Requisitos da Contratação
  - 4.6.1. Requisitos e Obrigações Quanto à Segurança da Informação e Privacidade (Resolução CNJ 363, IN 94/2022 e LGPD)
- 4.7. Elaborar Proposta de Modelos (*Templates*) a Serem Utilizados
- 4.8. Elaborar Pesquisa e Estimativas de Preços (IN 65/2021 Seges/ME e Nota Técnica AudTI/TCU 8/2023)
  - 4.8.1. Planilha de Custos e Formação de Preços
- 4.9. Adequação Orçamentária e Cronograma Físico-financeiro
- 4.10. Índice de Correção Monetária
- 4.11. Critérios Técnicos para Seleção do Fornecedor
- 4.12. Definição das Responsabilidades
- 4.13. Modelo de Execução e Gestão do Contrato
  - 4.13.1. Modelos Tradicionais x Modelos Híbridos
  - 4.13.2. Estabelecimento de Níveis de Serviço
  - 4.13.3. Métricas para Serviços de TI
  - 4.13.4. Riscos no Uso de UST - Unidade de Serviço Técnico: a jurisprudência do TCU (Acórdãos 2037/2019-TCU-Plenário e 1508/2020-TCU-Plenário)
  - 4.13.5. Modelo de Contratação de Serviços de Operação de Infraestrutura e Atendimento a Usuários – *Helpdesk* (Portaria 1.070/2023 da SGD/MGI, alterada pela Portaria 6.680/2024 da SGD/MGI)
  - 4.13.6. Modelo de Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software (Portaria 750/2023 da SGD/MGI, alterada pela Portaria 6.679/2024 da SGD/MGI)
  - 4.13.7. Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão (Portaria 370/2023 da SGD/MGI)
- 4.14. Diretrizes Específicas de Planejamento da Contratação
  - 4.14.1. Contratação de Licenciamento de Software e Serviços Agregados (Acórdão 2569/2018-TCU-Plenário)
  - 4.14.2. Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas
  - 4.14.3. Contratação de Solução de Autenticação para Serviços Públicos Digitais
  - 4.14.4. Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Sustentação e Manutenção de Software
  - 4.14.5. Contratação de Infraestrutura de Centro de Dados, Serviços em Nuvem, Sala-cofre e Sala Segura

## **5. Instrumentos Convocatórios**

- 5.1. Edital

- 5.2. Minuta do Contrato
- 5.3. Transparência
- 6. Como Utilizar a Inteligência Artificial na Fase Preparatória**
- 7. Seleção do Fornecedor (Lei 14.133/2021)**
  - 7.1. Pregão – IN 73/2022 Seges/ME (Bens e serviços comuns)
  - 7.2. Concorrência com critério Técnica e Preço (Serviços de natureza predominantemente intelectual ou bens e serviços especiais de TI)
  - 7.3. Diálogo Competitivo
  - 7.4. Contrato Público de Solução Inovadora – CPSI (Res. CNJ 616/2025)
  - 7.5. Contratação Simultânea
  - 7.6. Procedimentos Auxiliares
    - 7.6.1. Credenciamento
    - 7.6.2. Pré-Qualificação
    - 7.6.3. Registro de Preços (Decreto 11.462/2023)
    - 7.6.4. Jurisprudência do TCU a respeito da adesão a Atas de Registro de Preços de objetos de TI
    - 7.6.5. Registro Cadastral
  - 7.7. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)
  - 7.8. Margem de Preferência
  - 7.9. Aferição de Exequibilidade das Propostas
  - 7.10. Contratação Direta
    - 7.10.1. Inexigibilidade
    - 7.10.2. Dispensa da Licitação
- 8. Gestão do Contrato (à luz da Lei 14.133/2021 e jurisprudência do TCU)**
  - 8.1. Atores da Gestão do Contrato
    - 8.1.1. Gestor do Contrato
    - 8.1.2. Fiscal Técnico do Contrato
    - 8.1.3. Fiscal Demandante do Contrato
    - 8.1.4. Fiscal Administrativo do Contrato
    - 8.1.5. Fiscal Setorial do Contrato
  - 8.2. Início do Contrato
    - 8.2.1. Elaborar Plano de Inserção
    - 8.2.2. Convocar Reunião Inicial
    - 8.2.3. Realizar Reunião Inicial
    - 8.2.4. Artefatos: Plano de Inserção, Termo de Compromisso e Termo de Ciência
  - 8.3. Encaminhamento Formal de Demandas
    - 8.3.1. Elaboração de Ordem de Serviço ou de Fornecimento
      - 8.3.1.1. Definição e especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos
      - 8.3.1.2. Volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos, segundo as métricas definidas
      - 8.3.1.3. Cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos
      - 8.3.1.4. Identificação dos responsáveis pela solicitação do bem ou serviço na Área Requisitante da Solução
  - 8.4. Monitoramento da Execução
    - 8.4.1. Monitoramento pelo Gestor do Contrato
    - 8.4.2. Monitoramento pelo Fiscal Técnico (Área de TI)
    - 8.4.3. Monitoramento pelo Fiscal Demandante (Área de Negócio)
    - 8.4.4. Monitoramento pelo Fiscal Administrativo
    - 8.4.5. Monitoramento pelo Fiscal Setorial
    - 8.4.6. Autorização de Pagamento
    - 8.4.7. Aplicação de Sanções
    - 8.4.8. Alterações Contratuais
    - 8.4.9. Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

- 8.4.10. Artefatos da Gestão dos Contratos de TI
- 8.5. Inexecução Contratual
- 8.6. Transição e Encerramento Contratual

#### **Instrutor**

**André Luiz Furtado Pacheco**, CISA (*Certified Information Systems Auditor*), é graduado em Processamento de Dados pela Universidade Católica de Brasília e MBA em Controle Externo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), atua na área de TI há 43 anos, dos quais 31 anos como Auditor de TI. Ocupou os cargos de Diretor de Planejamento de Auditorias; Gerente de Auditoria de TI; e Assessor do Secretário de Fiscalização de TI do TCU. Membro da Comissão Avaliadora do Teste Público de Segurança das Urnas Eletrônicas de 2021 e de 2023. Realizou a supervisão e a revisão do Manual de Auditoria de Sistemas e da 1ª edição da Cartilha de Boas Práticas de Segurança da Informação do TCU. Coordenou o Levantamento de Governança de TI na Administração Pública Federal que resultou no Acórdão nº 1.603/2008-TCU-Plenário, paradigma para a Governança de TI no Setor Público. Participou da revisão do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI. É instrutor de Auditoria de TI, de Licitações de TI, Governança e LGPD nos cursos do TCU e da FGV. Possui larga experiência nas áreas de auditoria, docência e tecnologia da informação.

#### **Informações e inscrições:**

**Data: 18, 19, 20, 21 e 22 de maio de 2026**

**Horário: 14h às 18h (horário Brasília)**

**Carga Horária: 20 h/a**

**Investimento: R\$ 2.480,00**

**Contato: 67 3348 3300**

**E-mail: contato@supercia.com.br**

#### **Formato: Curso EAD Síncrono (online 100% ao vivo)**

- Interação em uma plataforma de aulas ao vivo entre professor e alunos. O conteúdo é adequado para essa nova configuração de capacitação online, com a mesma qualidade dos cursos presenciais. Todos poderão se comunicar com o instrutor, tanto através de chat como por microfone.
- Os participantes receberão login e senha para acesso a plataforma segura, com transmissão por áudio, vídeo, chat e compartilhamento de conteúdo e, nos dias e horários marcados participarão das aulas. Apostila em PDF enviada por email ao responsável em até 24 horas antes do início do curso. Certificado Digital. O curso ficará gravado e disponível para revisão da matéria por 15 dias.

#### **Dados para Empenho:**

##### **Supercia Capacitação e Marketing Ltda.**

CNPJ: 11.128.083/0001-15 Av. Eduardo Elias Zahran, 420 - Jardim Paulista - Campo Grande - MS - 79050-000

Certidões Negativas: <http://www.supercia.com.br/certidoes>

**Dados Bancários: Banco do Brasil:** Ag. 2936-X c/c: 132867-0

##### **Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:**

Por Iniciativa da **SUPERCIA**: o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início. Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 72 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago.